

Brasil quer 14 anos de prazo

Galvães propõe renegociação plurianual das dívidas que vencem até 89

LÚCIO SANTOS
Correspondente

Rio - A renegociação da dívida externa com vencimento entre 1985 e 1989 para ser paga num prazo de 14 anos, tendo a Libor como taxa de juros de referência e uma redução no **spread** (margem de lucro) dos credores será a proposta a ser levada pelo Brasil à reunião com os banqueiros internacionais, a se realizar a partir do dia 14 de novembro, em Nova Iorque. A informação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, logo após presidir a solenidade de arrendamento da estrada de ferro Corcovado ao empresário Floriano Peçanha dos Santos e do Hotel das Paineiras à Faculdade Veiga de Almeida.

O ministro explicou que a proposta da renegociação plurianual da dívida externa vai dilatar o que teria que ser pago em um ano para um prazo de 14 anos. Assim, a dívida a vencer em 1985 terá 14 anos para ser paga, a de 1986, igual prazo, e assim sucessivamente. Se esta proposta for aceita, juntamente com a taxa de juros se guiando pela variação da libor e a redução do **spread**, o Brasil passará a ter um serviço menor para ser pago a cada ano, o que dará uma folga de caixa para o próximo Governo poder armar um programa mais efetivo de combate à inflação e retomada do desenvolvimento econômico.

Galvães considerou muito alta a inflação de outubro, dizendo que o governo foi surpreendido, mas disse que as reuniões com empresários visando conter a elevação dos preços darão resultados. Para ele, as taxas de novembro e dezembro serão inferiores às dos mesmos meses do ano passado, quando alcançaram os índices de 8,4 por cento e 7,6 por cento, respectivamente. De qualquer modo, salientou que, embora a inflação de outubro, de 12,6 por cento, tenha sido muito elevada, ainda assim o índice anualizado continuou declinando. Além disso, explicou que historicamente há sempre uma queda nas taxas mensais de inflação nos dois últimos meses do ano.

Ele afirmou também que o governo não está necessitando pedir mais financiamento externo, o que significa que, pelo menos até março do próximo ano não serão contratados novos empréstimos, a não ser aqueles já programados junto a entidades internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Galvães mostrou-se otimista também quanto à ampliação das exportações brasileiras para o próximo ano, quando o Brasil deverá continuar a ter superávits mensais superiores a 1 bilhão de dólares.

Segundo o ministro, 1985 será um ano muito mais fácil do que 1984, pois este ano as dificuldades do processo de ajustamento da economia foram agravadas com a inflação elevada, embora com tendência declinante. Para ele, o balanço de pagamentos e a área externa já não são mais problemas, mas ele acredita que até o final do governo também seja solucionado o problema interno, que vem sendo dificultado pelas altas taxas de juros.

Galvães disse também que a reforma bancária, bem como a transformação do Banco do Brasil num conglomerado, quando deixar de ser uma autoridade monetária, são planos que só deverão vigorar no próximo governo.